

# A CULTURA POLÍTICA OITOCENTISTA NA ÉPOCA JOANINA ENTRE A GAZETA DO RIO DE JANEIRO, O CORREIO BRASILIENSE E A IDADE D'OURO DO BRAZIL

Janaina Cardoso de Mello\*

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise comparativa dos discursos políticos presentes nos primeiros periódicos oitocentistas, a saber: a Gazeta do Rio de Janeiro, o Correio Braziliense, e a Gazeta Idade D'Ouro do Brazil. Os jornais dos primeiros anos do século XIX eram comedidos, não traziam em si a "reverberação" e o "espírito do conflito" (os insultos) como alguns periódicos do primeiro reinado, contudo, conformaram-se em grandes observatórios sociais conjugando discursos políticos com informações cotidianas. Eram caleidoscópios que podiam ser lidos sob as mais diversas perspectivas e possibilitaram o aprendizado necessário para o desenvolvimento de uma "opinião pública" através da qual se difundia e se legitimava uma "consciência política" não mais vinculada ao governo.

**Palavras-chave:** Imprensa; século XIX; cultura; política.

**Abstract:** The work aims to develop a comparative analysis of political discourse in early nineteenth century journals, namely the Gazeta do Rio de Janeiro, the Correio Braziliense and Gazeta Idade D'Ouro do Brazil. The newspapers of the early years of the nineteenth century were not prone to "reverberation" or to the "spirit of the conflict", as those journals of the first reign. However, they combined social political speeches with daily information. They could be read under the most diverse perspectives and enabled the learning necessary to the development of a "public opinion" that disseminated and legitimized a "political consciousness" no longer bound to the government.

**Keywords:** Press; XIXth century; culture; politics.

---

\*Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professora Adjunta de Cultura Histórica do Núcleo de Museologia da Universidade Federal de Sergipe; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Memória e Patrimônio Sergipano (GEMPS). E-mail: janainamello@uol.com.br.

Em 1808, com a *Nau Medusa*, aportou D. Antônio de Araújo Azevedo, trazendo consigo os prelos e demais acessórios de uma tipografia completa, encomendados na Inglaterra e destinados à Secretaria dos Estrangeiros e da Guerra, função para a qual havia sido designado. No Rio de Janeiro, o equipamento foi instalado no pavimento térreo de sua casa, à Rua do Passeio, nº 44.

O estabelecimento da monarquia portuguesa na nova localidade exigia uma série de atos, por parte do príncipe regente, que legalizassem as adaptações das instituições portuguesas que nos trópicos prosseguiriam com suas atividades, como: nomeações, divisão de cargos, criação de secretarias e órgão de hierarquia administrativa. Os prelos trazidos por D. Antônio destinaram-se à impressão de papel burocrático e de outras obras previamente aprovadas. Em 13 de maio de 1808, foi impresso o decreto de criação da Imprensa Régia, posteriormente conhecida como Imprensa Nacional. Entrava em cena oficialmente a imprensa no Brasil.

Pouco mais de três meses depois, é fundada em 10 de setembro de 1808 a *Gazeta do Rio de Janeiro*, constituindo-se no primeiro jornal impresso no Brasil nas máquinas da imprensa régia. O exemplar avulso do periódico custava \$080 e a assinatura semestral, em domicílio, incluídas as edições extras, era vendida a 3\$800 e podia ser encontrado na loja da própria *Gazeta* e de Paulo Martin Filho<sup>1</sup>. Publicado duas vezes por semana (bi-hebdomadário), era um jornal oficial cujo objetivo principal destinava-se à divulgação de comunicados do governo, seguindo o modelo da *Gazeta de Lisboa*<sup>2</sup>. Seu editor era o frei Tibúrcio José da Rocha<sup>3</sup>.

Publicava ainda informes sobre a política internacional, em especial, sobre a realidade europeia diante dos conflitos napoleônicos e a instabilidade das colônias americanas da Espanha.

Apesar do papel informativo divulgando os atos reais e a publicidade dos negócios que poderiam ser feitos na cidade, o periódico também atuava como um difusor do cotidiano da época, percebendo as mudanças ocorridas com a emigração portuguesa para o Rio de Janeiro, nos planos econômico, social, político e cultural. Por suas páginas desfilavam franceses, italianos ou russos, com seus anúncios ofertando aulas de canto, piano, dança, configurando um alargamento do horizonte cultural.

A chegada da corte interferiu fortemente nos hábitos dos fluminenses, cuja “ignorância dos modos” ou a “falta de higiene” foi relatada por muitos viajantes estrangeiros como Maria Graham ou o tenente alemão Schlichthorst<sup>4</sup>. No entanto, após a derrota de Napoleão em 1814, os modelos europeus, principalmente os franceses, passaram a ditar as regras do luxo e do bom gosto nas sociedades aristocráticas. Assim, encontrava-se na *Gazeta do Rio de Janeiro* ofertas de porcelanas, cristais e vidros do ourives francês Dumont; os tecidos finos e as plumas que compunham vestidos da moda de Carlos Durand; vinhos e garrafas de Bordeaux; vinhos de Champagne; pão sovado com trigo “à moda francesa”<sup>5</sup>.

Por volta de 1817, era possível encontrar no periódico, na última página (local dos anúncios), comerciantes da Rua do Ouvidor ofertando a obra composta por cinco volumes em fôlio do *Le musée français*<sup>6</sup>, explicando-se aos possíveis compradores que se tratava de uma coleção completa de quadros, estátuas e baixos relevos que compunham a coleção nacional, com explicação dos objetos e discursos históricos sobre a pintura, escultura e gravura<sup>7</sup>.

Mesmo numa sociedade tradicionalmente patriarcal, as mulheres estrangeiras também obtiveram visibilidade na sessão de anúncios ofertando seus serviços: “Na rua dos Ourives nº 27, mora uma Ingleza com casa de educação para meninas, que queirão aprender a lêr, escrever, contar, e fallar Inglez e Portuguez, cozer, e bordar”. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 6 de Setembro de 1809). Ainda sobre a educação feminina, oferecendo-se como preceptora no mesmo jornal:

D. Catharina Jacob toma a liberdade de fazer sciente ao Publico, que ella tem estabelecido huma Academia para instrucção de Meninas na rua da Lapa, defronte da Ex.ma Duqueza, em que ensinará a lêr, escrever e fallar as linguas Portugueza, e Ingleza Grammaticalmente; toda a qualidade de costura e bordado, e o manejo da Caza. Está esperançada que, em consequencia do seu cuidado, e attenção na educação, Religião, e Moral, merecerá eternamente a protecção dos Pais, parentes, e pessoas, que lhe confiarem esta honra: cada Menina trará a cama completa, três toalhas de mãos, hum talher completo, e cópo de prata, pagarão por cada Menina dezoito mil réis por

mez, sendo a quarteis adiantados. Igualmente todas as pessoas, que quizerem, que as suas Meninas aprendão Muzica, Dança, e Desenho, será pago á parte [...]. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 16 de dezembro de 1812; 6 de janeiro de 1813)

O enriquecimento da vida cultural do Rio de Janeiro advém da busca por enquadrar-se nos padrões de “civilização européia” representado pelo teatro, a música, o gosto pelas artes, a dança, a etiqueta nos salões de baile onde o convívio social ostentava a posição econômica dos partícipes da elite.

Aprender com as estrangeiras que faziam a viagem atlântica acompanhando seus esposos em missões diplomáticas ou de negócios era fundamental, por isso a continuidade de anúncios como o de:

Madame Clementiny, novamente chegada a esta Cidade, tendo dirigido em França por espaço de dez anos uma casa de educação de meninas, propõe-se a dar lições de música vocal, harpa, de piano e de língua francesa. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 06 de agosto de 1817)

O jornal também era um espectador do cotidiano dos escravos urbanos ao anunciar sua compra, venda, aluguel e fugas, mas também ao possibilitar a identificação de marcas étnicas, das nações de origem dos africanos anunciados e também suas marcas físicas impressas em suas peles pelo jugo da chibata, de queimaduras e outros castigos corporais. No periódico eram também registradas nas *Notícias Marítimas* as entradas de navios negreiros, a mortandade dos escravos vindos de Cabinda e Molembo (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1811), o naufrágio do negreiro *Rainha Nantes* e o sumiço no mar dos escravos transportados (*Gazeta do Rio de Janeiro*, dezembro de 1812).

Através da Gazeta, anunciava-se a venda dos múltiplos talentos desempenhados por escravos “músicos - cocheiros - alfaiates”, num período onde a especialização de ofícios encarecia seu preço em função da demanda.

Quem quiser comprar um escravo próprio para bolieiro<sup>8</sup> (sic), que sabe tocar piano e marimba, e alguma coisa de música, e com princípio de alfaiate, dirija-se à botica da travessa da Candelária, canto da rua dos Pescadores, nº 6. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 12 de julho de 1820)

Pelas ruas da cidade espalhavam-se modistas, chapeleiros e sapateiros, com escravos sentados pelas calçadas da Rua dos Alfaiates cozendo tecidos com agulhas incessantes. Já na Rua do Lavradio encontrava-se para aluguel um preto cozinheiro e um jovem carpinteiro através das páginas do periódico: “Aluga-se na Rua do Lavradio nº 6, um preto perfeito cosinheiro de forno, fogão e massa, um dito para todo serviço e um molecote com prática de carpinteiro” (*Gazeta do Rio de Janeiro*).

Mesmo que na intimidade do lar as louças e os cristais importados destoassem das maneiras nacionais à mesa, como transcreviam os viajantes em seus diários, no centro da cidade era possível comprarem-se dois jovens para os serviços de cocheiro e copeiros: “Vende-se dois moleques para o serviço, copeiros e cocheiros; na Rua da Quitanda nº 49, 1º andar” (*Gazeta do Rio de Janeiro*).

Esse jornal de anúncios era um jornal de formato simples, com folhas impressas com qualidade tipográfica rústica, tendo por base visual o texto redigido sem uso de imagens.

Assim, a Gazeta, embora tenha consistido numa “voz oficial” do período (sua circulação compreende: setembro de 1808 a dezembro 1822), informava sobre a cultura material da população de diversas origens que transitava pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Redigindo os múltiplos modos de viver em seus anúncios, conferiu visibilidade social àqueles que compunham esse território de intensa polisssemia e hibridez cultural. Dessa forma, o carioca apreendeu o “saber estrangeiro” e o incorporou aos costumes e tradições locais, por meio da adoção de falas, de vestuários, alimentação ou de idéias. Todavia, essas “migrações comportamentais” não permaneciam *in natura*, mas eram absorvidas e ressignificadas de acordo com as experiências próprias vivenciadas na espacialidade do Rio de Janeiro.

Após a morte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, responsável direto pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, frei Tibúrcio deixou o posto de redator que foi assumido por Manuel F. de Araújo Guimarães de 1812 até 1821, tendo este também sido responsável pela redação dos periódicos *O Patriota* (1813) e *O Espelho* (1822) na cidade do Rio de Janeiro<sup>9</sup>.

Ao longo dos anos de 1820, com os efeitos da Revolução do Porto, da formação do ministério de José Bonifácio e da convocação da Assembléia Constituinte, a *Gazeta do Rio* (reduzida em seu título em 1821), escrita pelo cônego Goulart posicionou-se como defensora do liberalismo, tendo Rousseau como exemplo de modernidade política e sendo a favor do processo de emancipação política brasileira<sup>10</sup>. Novos tempos requisitaram novos direcionamentos no olhar e no discurso proferido, afinal a imprensa como um diário dos acontecimentos não poderia manter-se inerte ou estagnada.

Antes de 1820, a rígida censura imposta pela Coroa portuguesa garantia o filtro das notícias impedindo a divulgação de temas relacionados ao liberalismo na política. A censura real no Brasil adotava a carta de lei de 1794, que aboliu a Real Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros e restabeleceu as tradicionais instâncias: a Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço<sup>11</sup>. Com a vinda de D. João VI, ainda que a vida cultural da colônia tenha se enriquecido, a censura passa a ser exercida pela Junta Diretora da Imprensa Régia. Livros importados não podiam ser retirados da alfândega sem autorização. “Homens conservadores, mas esclarecidos, os censores defendiam a adoção de idéias ilustradas para reorganizar a sociedade, mas temiam que nelas se escondesse a proposta de uma revolução”<sup>12</sup>.

Por esse motivo, alguns meses antes, Hipólito José da Costa<sup>13</sup>, um jornalista, maçom e diplomata brasileiro, criou em Londres - onde vivia exilado - a 1º de junho de 1808, o jornal *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Segundo Isabel Lustosa:

chamou-o de *Correio Braziliense* porque, naquele começo de século XIX, chamava-se brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e brasilianos aos índios. Brazilienses eram os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira pátria. Ao dar a seu jornal o nome de braziliense, Hipólito demonstrava que queria enviar sua mensagem preferencialmente aos leitores do Brasil.<sup>14</sup>

Foi o primeiro jornal com notícias sobre o Brasil a circular livre de censuras em Portugal, sendo publicado em Londres na oficina de W. Lewis e vendido, segundo o negociante J.J. Dodsworth, no Rio de Janeiro ao tempo da Independência a 1\$280 réis<sup>15</sup>. Suas edições abrangeram o período entre junho de 1808 e dezembro de 1822, discorrendo sobre as invasões napoleônicas e a ida da família real para a América portuguesa.

O *Correio* era enviado clandestinamente para o Brasil e, em suas páginas, seu redator Hipólito da Costa defendia também as idéias liberais, entre as quais a proposta de emancipação colonial, com ampla cobertura à Revolução Pernambucana de 1817<sup>16</sup> e aos acontecimentos de 1821 e de 1822<sup>17</sup> que influenciaram a Independência do Brasil. Dessa forma:

A imprensa de opinião entre meados do século XVIII e começo do século XIX fez entrar em cena esta figura de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro.<sup>18</sup>

O fato de imprimir seu jornal em Londres conferiu ao redator uma maior liberdade para a realização de uma escrita crítica do sistema político centrado na organização e administração portuguesa, na censura dos veículos de oposição, no monopólio comercial; propondo políticas públicas para o Brasil, dentre elas: a utilização do barco a vapor (como se fazia nos países civilizados) e a criação de bibliotecas públicas para a disseminação do conhecimento e também se referindo aos prejuízos causados aos costumes brasileiros decorrentes da manutenção da escravidão negra. Buscou usar seu olhar político para identificar os problemas da realidade brasileira e encaminhar soluções possíveis.

Hipólito da Costa fazia parte de uma comunidade portuguesa estabelecida em Londres, tendo acesso a uma rede de apoio, proteção e esclarecimento oriundos da maçonaria britânica. Através de seu jornal mantinha seu vínculo com o Brasil distante por meio de uma redação subjetiva de sua experiência como observador externo. Era um homem da pátria que expunha em suas “letras impressas” o Brasil como uma “nação imaginada”, idealizada, sonhada.

No segundo número, o *Correio Braziliense* comentou sobre a introdução da imprensa no Brasil e demonstrou possuir uma sólida rede de informações que propiciava “furos de reportagem” antes mesmo da ocorrência dos fatos. Para esse feito contribuiu muito a troca de correspondências via correio postal e a expansão do telégrafo.

Saiba pois o Mundo, que no anno de 1808, da era Christã, mandou o Governo Portuguez, no Brazil, buscar a Inglaterra uma Impressão, com seus apêndulos necessários; e a remessa que daqui se lhe fez importou CEM LIBRAS ESTERLINAS!!! Tarde; desgraçadamente tarde: mas em fim apparecem typos no Brazil; e eu de todo o meu Coração dou os parabens aos meus compatriotas Brazilienses. (*Correio Braziliense*, outubro de 1808)

Hipólito José da Costa nutria um profundo desprezo pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, referindo-se ao desperdício de dinheiro empregado na impressão de um jornal “inferior que não servia nem para embrulhar um tablete de manteiga”. Embora as dicotomias entre os dois periódicos sejam ressaltadas em termos de: jornal oficial da realeza x jornal de crítica ao governo português, existiam alguns pontos de convergência entre ambos.

As notícias sobre a dinastia e a vida da corte, como o informativo do falecimento de D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, sobrinho de D. João VI em 1812, no Palácio da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, ganharam espaço nas páginas do periódico de Hipólito. Os dois jornais também defenderam a monarquia, aprovaram o projeto da união luso-brasileira, repudiaram a idéia de revolução ou ruptura concordando com a crítica feita à Revolução Francesa durante a Restauração. Ambos vivenciaram a mesma conjuntura política e mental, e, ainda que mantivessem suas singularidades, compartilharam um universo de referências comuns<sup>19</sup>.

O periódico era dividido em segmentos dedicados à *Política*, ao *Comércio e Artes*, à *Literatura* e às *Ciências e Miscelânea*. Possuía um perfil muito mais próximo de uma revista ou de um livro (chegando a ter até 150 páginas), com uma variedade temática contendo todo o tipo de informação, não se enquadrando como um jornal unicamente doutrinário, registrando os acontecimentos por diversos ângulos e também transcrevendo documentos oficiais<sup>20</sup>.

Em sua proposta de redação, Hipólito da Costa conclamou a necessidade de esclarecer o público, levar à população as informações de forma crítica e consistente, suprimindo a escassez de livros e escolas através do ofício jornalístico. No primeiro jornal de junho de 1808, o texto inaugural já anunciava essa perspectiva:

O primeiro dever do homem em sociedade he ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo, que abrange o bem geral d’uma sociedade, vem a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, tiram das trevas, ou da illuzão, aquelles, que a ignorancia precipitou no labyrintho da aphantia, da inepecia, e do engano. Ninguém mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do fucturo”. (*Correio Braziliense*, junho de 1808)

Todavia, na seção dedicada à “Literatura e Ciências”, em 14 anos de existência, o jornal limitou-se a publicar somente uma crítica versando sobre prosa ficcional na obra *Atala* de Chateaubriand, elogiando-a principalmente no que dizia respeito a sua intencionalidade moralizante:

A immensidade de novellas que se tem publicado durante o secculo passado, e neste, a insipidez, inutilidade, e muitas vezes depravação destas publicaçõens, tem feito caracterizar esta sorte de composiçoens, como uma leitura somente própria de espíritos frívolos, e como um emprego inutil, quando não seja de consequencias funestas á moral do leitor. Não entram porém nesta classe as novellas fundadas em principios da verdadeira moral, e tendentes a inspirar no leitor as maximas de prudencia, e as regras de conducta, que se incluem nas paridades, e emblemas, que divertindo o espirito, formam o entendimento, e regem o coração. Taes são um Telemaco, um Feliz independente do mundo e da Fortuna; e tal he a Atala. (*Correio Braziliense*, outubro de 1812)

A Coroa Portuguesa, sentindo-se desgostosa em decorrência da publicação do periódico, passou a patrocinar a publicação em Londres do periódico *O Investigador Portuguez em Inglaterra*<sup>21</sup>, como uma tentativa de minimizar a influência do jornal de Hipólito da Costa. Mais tarde, em 1813, a Coroa pagaria mil libras anuais a Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro, amigo do redator do *Correio*, para que se abrandasse as críticas do jornalista<sup>22</sup>.

Segundo o biógrafo de Hipólito, Mecenaz Dourado, o dinheiro evadia-se dos cofres do Tesouro Real, percorria o caminho da polícia do Rio, através do seu intendente, Paulo Fernandes Viana, passava pelo Maranhão e era pago a Hipólito pelos administradores da Real Fazenda, em Londres. No acordo, Heliodoro agia como representante de Hipólito, tendo como interlocutor o intendente da polícia do Rio, representando D. João VI. Grande beneficiado com esse acerto foi Paulo Viana, uma vez que após 1813, quando a ajuda financeira se iniciou, cessaram os ataques que o *Correio Braziliense* lhe fazia, cedendo espaço para elogios à sua administração<sup>23</sup>.

Após a independência, Hipólito encerrou a publicação do jornal, visto que já não fazia sentido editar um jornal no exterior com o país independente, considerando que a emancipação política abriria espaço para a liberdade de imprensa e proliferação de inúmeros periódicos locais.

No período de circulação do *Correio Braziliense* em Londres e da *Gazeta do Rio de Janeiro*, D. João VI percebeu o problema correlato à falta de comunicação no interior do Brasil, autorizando a publicação da *Idade D'Ouro do Brazil* pela tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva e passando a ser um veículo de ligação e informação regional. Com quatro páginas, circulou às terças e sextas-feiras, no período de 14 de maio de 1811 a 24 de junho de 1823, sendo o preço inicial das assinaturas de um ano, seis meses ou três meses, respectivamente: 8\$000, 4\$000 e 2\$400 réis<sup>24</sup>.

A gazeta baiana dedicou-se aos relatos sobre: a urbanização da cidade de Salvador, o povoamento e cultivo na capitania e no Brasil, o comércio interno, o comércio marítimo, as manufaturas, a vida cotidiana (casas, festas, hábitos alimentares, vestuário e modas, divertimentos de elite, vida associativa, doença e morte), bibliotecas públicas, aulas e colégios, a rede de comunicações via abertura de estradas, os primeiros contatos com os índios botocudos, etc. Anunciava em 1817:

Recebemos aqui uma carta de José Marcelino da Cunha, ouvidor de Porto Seguro, a qual dá a interessante notícia de que está concluída a estrada que vai de Porto Seguro a Minas Novas, tanto por terra como por canoas pelo rio Jequitinhonha. Esta viagem é de poucos dias e demanda pouca despesa. Não há risco de Botocudos porque estão domesticados e o comandante da 7ª divisão, Julião Fernandes Leão, que trabalhou nesta empresa, trouxe em sua companhia 3 pequenos botocudos. Já subiram muitas canoas de sal pelo rio e fica inteiramente livre o transporte de quaisquer gêneros até Minas”. (*Idade D'Ouro do Brazil*, 1817, n. 85)

Ao publicar anúncios sobre fugas de escravos, o fazia com descrições minuciosas destes, permitindo a identificação de algumas de suas “nações” de procedência: Mina, Angola, Moçambique, Bissau, Cabinda, S. Tomé, dentre outras, referindo-se também ao fato de serem em sua maioria “boçais” – não falando o idioma português, devido ao pouco tempo de estadia no Brasil – com um vestuário muito reduzido<sup>25</sup>.

Preocupou-se ainda com o lado nefasto da cana-de-açúcar ao “ser prensada com o sangue de escravos”, e, mesmo com a censura exercida pelo governador, tornou-se um detrator da escravidão

até a insurgência de revoltas escravas na cidade de Salvador, quando o editor oscilou frente ao temor de que as insurreições escapassem ao controle das autoridades e se repetissem os episódios do Haiti, passando a defender os proprietários de escravos e a manutenção da ordem<sup>26</sup>.

Publicado sob a proteção do Conde dos Arcos, tinha como redatores Diogo Soares da Silva de Bivar e o padre Ignacio José de Macedo; sua linha editorial era conservadora, defendendo o absolutismo monárquico português. Porém, com a derrota e expulsão das forças portuguesas sob o comando do brigadeiro Inácio Madeira de Melo em 2 de julho de 1823, o jornal deixou de circular. A rejeição dos “patriotas brasileiros” contra o periódico mostrou-se tão intensa que o livreiro Paul Martin, seu agente no Rio de Janeiro, desistiu de vendê-lo, reembolsando aos clientes o valor das assinaturas recebidas<sup>27</sup>.

Ainda no nordeste oitocentista, em Pernambuco, destacar-se-iam mais tarde dois panfletários na defesa da pátria: Frei Caneca e Cipriano Barata. Não havia um sentimento de “nação”, mas sim uma “pernambucanidade” devota do sentimento autonomista proveniente das lutas seiscentistas contra a presença dos holandeses em seu território. Esse imaginário político nativista afirmava-se na alegação de que “á custa do sangue, da vida e de fazendas pernambucanas restituíra-se a capitania ao domínio português”<sup>28</sup>.

Com Frei Caneca passaria a circular o *Typhis Pernambucano* entre 1823 e 1824, formulando uma resposta escrita aos rumos centralizadores encaminhados no Brasil após a emancipação de Portugal<sup>29</sup>. Por seu turno, Cipriano Barata conduziria a edição do periódico *Sentinela da Liberdade*, bradando suas críticas ao governo monárquico e depois regencial, das inúmeras guaritas de onde seria redigido por ocasião de seu deslocamento de cárceres (Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro etc.).

Os conflitos políticos urbanos e rurais que eclodiram no Brasil pós-abdicação de D. Pedro, entre 1831 e 1840, agiram como catalisadores de uma série de insatisfações sociais, econômicas, políticas e também culturais, principalmente ao nordeste do país. As discussões sobre identidade nacional para a formação de um corpo político legitimado e “civilizado” permeavam tensões envolvendo as múltiplas “cores das gentes” e também a normatização de comportamentos femininos.

Não era mera coincidência um período de proliferação de periódicos também direcionados às moças como *O espelho diamantino*, *O espelho das brasileiras* ou *O Jornal das Senhoras*<sup>30</sup>, preocupados com a educação feminina. Mais tarde Nísia Floresta<sup>31</sup>, em 1840, criticaria a tradição “machista” e os costumes patriarcais, apontando esses elementos como os verdadeiros responsáveis pela ignorância feminina. Publicaria poesias e artigos em periódicos como *Brasil Ilustrado*, *O Liberal* e *Diário do Rio de Janeiro*<sup>32</sup>.

Mesmo no quadro de intenso analfabetismo, a difusão dos escritos estava inserida na prática da oralidade, na qual eram realizadas leituras coletivas em pasquins afixados em praças, largos ou mesmo nas boticas, multiplicando o alcance da palavra impressa, cujas idéias do mundo urbano migravam também para as áreas rurais nas viagens dos tropeiros.

Se em Lisboa no ano de 1809 circulavam 5 periódicos: o *Diário Lisboense*, a *Gazeta de Lisboa*, o *Novo Diário de Lisboa*, o *Mensageiro* e o *Journal de Lisboa* (sic), o Rio de Janeiro, assumindo a feição de capital do “Reino Unido de Portugal e Algarves” com a chegada da Corte, ensejava também suas publicações oficiais. Estas publicações régias não se constituíram jamais em práticas de dominação hegemônica, pois o próprio contexto possibilitou a existência de brechas por onde se realizou uma oposição possível, mesmo que em tons moderados, que só se tornariam vociferantes no período regencial.

O momento de chegada da família real ao Brasil estimulou o surgimento de um público regular consumidor das letras, uma vez que propiciou o despontar de uma cultura intelectual, artística e especialmente literária<sup>33</sup>. Definiu-se uma pulsante transformação da esfera pública que se refletiu principalmente nos avanços da imprensa de opinião dos anos de 1820-30.

De posse da informação o leitor ou “ouvinte” das notícias dos periódicos oitocentistas operou um gesto dinâmico de produção de sentidos que lhe permitiram entender sua realidade, se auto-reconhecer nas alterações do cotidiano, formulando uma “identidade plástica” e plural frente à

diversidade de “mundos” pelos quais ele podia transitar. Mais do que a busca por uma informação ligeira ou funcional, a relação que se estabeleceu entre o receptor e o produtor da informação não foi fria ou distante, mas coligou espaços diferenciados, segmentos sociais e econômicos distintos, interpretações semelhantes ou antagônicas, suscitando paixões inflamadas ou reações modelares, pautando-se principalmente na afirmativa de que um texto existe apenas quando lido, sendo o leitor aquele que lhe dá existência<sup>34</sup>.

Os jornais dos primeiros anos do século XIX eram comedidos, não traziam em si a “reverberação” e o “espírito do conflito” (os insultos) como alguns periódicos do primeiro reinado<sup>35</sup>, contudo, conformaram-se em grandes observatórios sociais conjugando discursos políticos com informações cotidianas. Eram caleidoscópios que podiam ser lidos sob as mais diversas perspectivas e possibilitaram o aprendizado necessário para o desenvolvimento de uma “opinião pública” através da qual se difundia e se legitimava uma “consciência política” não mais vinculada ao governo.



## Notas

- <sup>1</sup> RIZINNI, Carlos de Andrade. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)**. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Porto Alegre: Kosmos, 1949.
- <sup>2</sup> Desde 1778 a *Gazeta de Lisboa* circulava pela América portuguesa, inclusive no Rio de Janeiro.
- <sup>3</sup> Nascido em Portugal, foi oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no Brasil. Cf. LUSTOSA, Isabel. **O Nascimento da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- <sup>4</sup> GRAHAM, Maria Callcot. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823; 1824**. São Paulo: Nacional, 1956.
- <sup>5</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P. & MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- <sup>6</sup> *Le musée français* é uma versão impressa do Museu de Napoleão, nomeando uma grande ala do Louvre reinaugurada em 1803 sob a direção de Dominique Vivant Denon.
- <sup>7</sup> GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Le Musée Français: Guerras napoleônicas, coleções artísticas e o longínquo destino de um livro*. In: **Anais do Museu Paulista**. jan.-jun., vol. 15, n. 1, São Paulo: USP, 2007, p. 219-311.
- <sup>8</sup> Cocheiro.
- <sup>9</sup> MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 18.
- <sup>10</sup> *Idem*, p. 19.
- <sup>11</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Antídotos contra obras ímpias e sediciosas: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.
- <sup>12</sup> *Idem*, p. 381.
- <sup>13</sup> Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça exercendo a função de representante diplomático brasileiro, viajou à Londres em 1802 para adquirir um acervo bibliográfico para a Real Biblioteca e maquinário para a Imprensa Régia, porém tinha como objetivos pessoais a manutenção de contatos entre as Lojas Maçônicas Portuguesas e o grande Oriente em solo britânico. Em seu retorno ao Brasil foi detido por Diogo Inácio de Pina Manique sob a acusação de difundir idéias liberais na Europa. Foi remetido ao aprisionamento junto ao Tribunal do santo Ofício onde permaneceu até 1805 quando fugiu para a Espanha e depois para a Inglaterra onde recebeu asilo político e proteção do duque de Sussex (Augusto Frederico, grão-mestre da maçonaria inglesa).
- <sup>14</sup> LUSTOSA, Isabel, *op. cit.*, p. 14.
- <sup>15</sup> RIZINNI, Carlos de Andrade, *op. cit.*
- <sup>16</sup> Revolução eclodida na Província de Pernambuco em 1817, influenciada pelas idéias iluministas propagadas pela maçonaria contrária ao absolutismo monárquico português e ao eixo centro-sul de decisões políticas no país marcado pela presença da corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro.
- <sup>17</sup> Referência aos eventos ocorridos em 1821 que compreenderam: a Revolução Liberal na Ilha de São Miguel, nos Açores; o retorno de D. João VI a Portugal, deixando seu filho D. Pedro como regente do Brasil; a proclamação do regime liberal da Ilha do Faial nos Açores; e no ano de 1822: a recusa de D. Pedro em atender a convocação das Cortes de Lisboa (Dia do Fico), a organização por D. Pedro de um ministério de brasileiros chefiados por José Bonifácio, dentre outros.
- <sup>18</sup> MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de, *op. cit.*, p. 15.
- <sup>19</sup> MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de, *op. cit.*, p. 19-20.
- <sup>20</sup> LUSTOSA, Isabel, *op. cit.*, p.14-15.
- <sup>21</sup> Circulou entre julho de 1811 e fevereiro de 1819, sendo financiado em 14 mil cruzados por edição e tendo como editores: Bernardo José de Abrantes e Castro (embaixador de Portugal em Londres), Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro. Á partir de janeiro de 1814 ingressa José Liberato Freire de Carvalho.

- <sup>22</sup> DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1957.
- <sup>23</sup> *Idem, ibidem*.
- <sup>24</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira Gazeta da Bahia. Idade D'Ouro do Brazil**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- <sup>25</sup> *Idem, p. 171*.
- <sup>26</sup> *Idem, ibidem*.
- <sup>27</sup> *Idem, ibidem*.
- <sup>28</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 145.
- <sup>29</sup> MOREL, Marco. **Frei Caneca. Entre Marília e a Pátria**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- <sup>30</sup> Cf. no setor de periódicos raros microfilmados da Biblioteca Nacional: "O espelho diamantino: periodico de politica, litteratura, bellas artes, teatro, e modas. Dedicado as senhoras brasileiras" / 1 out. 1827-28 abr. 1828 (Rio de Janeiro: PR-SOR 00298-00304; PR-SOR 00299); "Espelho das Brasileiras" / 02-13 maio 1831 (Pernambuco: PR-SOR 04846-04851; PR-SOR 04848) e O Jornal das Senhoras / 01 JAN. 1852 - 25 DEZ. 1855 (Rio de Janeiro: PR-SOR 02157[1-2]).
- <sup>31</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, (nascida em Papari, em 12 de outubro de 1810 — falece em Ruão, França, em 24 de abril de 1885) foi uma educadora, escritora e poetisa brasileira. Considerada pioneira do feminismo no Brasil, sendo uma das primeiras mulheres a romper os limites entre os espaços público e privado publicando textos em jornais. Nísia também dirigiu um colégio para moças no Rio de Janeiro e escreveu livros em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos.
- <sup>32</sup> MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de, *op. cit.*, p. 61.
- <sup>33</sup> CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- <sup>34</sup> JOUVE, Vincent. *A leitura*. São Paulo: UNESP, 2002.
- <sup>35</sup> Por exemplo, o *Revérbero Constitucional Fluminense* publicado por Joaquim Gonçalves Ledo entre setembro de 1821 e outubro de 1822; *A Malagueta* de Luís Augusto May, surgida em dezembro de 1821; *O Tamoio* publicado em 1823 pelos irmãos Andrada.

### Referências Bibliográficas

- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1957
- GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. Le Musée Français: Guerras napoleônicas, coleções artísticas e o longínquo destino de um livro. *In: Anais do Museu Paulista*. jan.-jun., vol. 15, n. 1, São Paulo: USP, 2007, p. 219-311.
- GRAHAM, Maria Callcot. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823; 1824**. São Paulo: Nacional, 1956.
- JOUVE, Vincent. **A leitura**. São Paulo: UNESP, 2002.
- LUSTOSA, Isabel. **O Nascimento da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MONTEIRO, Tobias. **História do Império. A elaboração da independência**. Rio de Janeiro: F. Briguet, 1927.
- MOREL, Marco. **Frei Caneca. Entre Marília e a Pátria**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Antídotos contra obras ímpias e sediciosas: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. *In: ABREU, Márcia (org.) Leitura, história e história da*

- leitura.** Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999, p. 377-394.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. & MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: EDUSP, 2003.
- RIZINNI, Carlos de Andrade. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957.
- \_\_\_\_\_. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822).** Rio de Janeiro, São Paulo/ Porto Alegre: Kosmos, 1949.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira Gazeta da Bahia. Idade D'Ouro do Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e sociedade.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. **Antologia do Correio Braziliense.** Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1977.